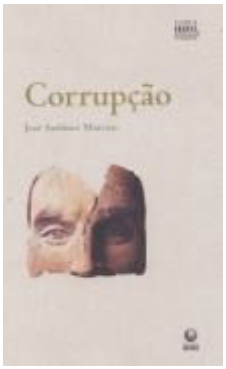
RESENHA
MARTINS, José Antonio. *Corrupção*. São Paulo: Globo: 2008 (176p.).

A corrupção da política, a política contra a corrupção

Antonio Ozaí da Silva*



A corrupção não é novidade. É uma prática que persiste desde os primórdios da civilização e não sai da moda desde que existe vida política. A corrupção é um tema presente desde as primeiras reflexões filosóficas sobre as formas de governo. Ela está na boca do povo, no noticiário, na internet, etc. É tratada e destratada pelo senso comum. Abjeta e nauseabunda é também objeto de piadas e da justa ira dos que exigem dos políticos o cumprimento do mandamento bíblico "Não roubarás".

O que é e o que envolve a corrupção? Quais as suas causas? Será a tendência à degeneração moral do ser humano? Como um fenômeno presente em todas as épocas, será inerente ao humano? Em que medida a afirmação da moral é ser eficaz? Quais as medidas políticas capazes de frear a gana corruptiva dos agentes políticos? O que o cidadão comum, que não ocupa cargos no aparato estatal e nem é profissional da política, tem a ver com isso? Pode contribuir no combate à corrupção? Como?

São muitas as questões e as respostas dependem da atitude diante da realidade política e social. De qualquer forma, a leitura do livro, sugestivamente intitulado *Corrupção*, além de instrutiva é um estímulo à reflexão. Neste sentido, definir a palavra corrupção e acompanhar a sua metamorfose constitui um bom começo. Como esclarece o autor[1]:

> "A palavra corrupção deriva do termo latino *corruptio/onis*, donde vem sua acepção primeira. Para o homem latino dos séculos I e II, o termo *corruptionis* tinha sua significação a partir da conjunção de outros termos: *cum* e *rumpo* (do verbo romper), significando romper totalmente, quebrar o todo, quebrar completamente. Então, *cum rumpo* ou *corruptionis* queria dizer a ruptura das estruturas, quando se destroem os fundamentos de algo, destruir algo" (MARTINS, 2008, p.12).

Este significado está associado à idéia do processo natural, biológico. A ruptura da estrutura não ocorre de forma abrupta, mas resulta do seu desgaste e degeneração. O corpo nasce, se desenvolve e, ao atingir seu ápice, começa a se degenerar até que a doença das partes que o compõe leve-o à morte. É um processo inexorável que afeta todos os corpos vivos.

* Professor do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá (UEM), editor da Revista Espaço Acadêmico, Revista Urutágua e Acta Scientiarum. Human and Social Sciences e autor de ***Maurício Tragtenberg: Militância e Pedagogia Libertária*** (Ijuí: Editora Unijuí, 2008). Blog: http://antonio-ozai.blogspot.com Email: aosilva@uem.br

[1] José Antonio Martins é graduado, mestre e doutor em filosofia pela USP; é professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Maringá. Traduziu, prefaciou e anotou edição bilíngüe de *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel (São Paulo: Hedra, 2007).

O autor mostra que essa acepção biológica e naturalista sobre a corrupção foi transportada para o campo da moral, passando a ser um critério para qualificar a vida em sociedade. A explicação para esta mutação terminológica está na transição da antiguidade greco-romana para o pensamento cristão-medieval e na forma como este interpretou moralmente o mundo antigo, invertendo a relação entre moral e política. Se na Grécia antiga a moral estava subordinada à vida política em comunidade e, portanto, enfatizava os critérios políticos, o mundo cristão acentua as qualidades morais, o ideal de santidade. Com a cristandade a política é subordinada à moral.

A corrupção, portanto, tem duplo aspecto, moral e político:

> "Caracterizam-se, pois, duas maneiras de interpretar a corrupção: de um lado, por meio de uma leitura moralista, vendo nela a decadência das virtudes do indivíduo, o que gera conseqüências nefastas para a sociedade. De outro, entendendo a corrupção como algo resultante das regras do próprio mundo político, sem maiores correlações com a moralidade do indivíduo. Por essa segunda interpretação, as razões para a corrupção de uma cidade estarão ligadas à fraqueza de suas leis e de suas instituições políticas, à falta de preocupação e ação do cidadão em relação às coisas públicas" (Id., p.23-24).

A obra de José Antonio Martins se insere na tradição da filosofia política. Sua análise se ampara fundamentalmente Maquiavel. A opção é pela reflexão eminentemente política. Esta se justifica pela importância da filosofia para a compreensão dos 'eternos problemas' da vida em sociedade e também pelas limitações próprias do viés moralista.

No pensamento político moderno, Maquiavel assinala a autonomia relativa da política, isto é, mostra que esta se rege por regras próprias e não pelos critérios da moral individual. Ao distinguir a política da moral, ele contribui para a compreensão de fenômenos políticos como a corrupção. Isto requer reconhecer que a corrupção é inerente à lógica da política. É neste âmbito que se deve analisar as causas e buscar os meios para combater essa doença endêmica que corrói as instituições políticas. A corrupção da política exige, portanto, a política contra a corrupção.

É a partir deste referencial político-filosófico que o autor analisa a corrupção em seu *lócus* privilegiado, o Estado. Este não é apenas *forma*, entidade abstrata, é também *matéria*: são os homens e mulheres de carne e osso que lhe dão concretude. Quem pratica a corrupção são os seres humanos, indivíduos reais que ocupam posições no aparato do Estado. É preciso identificar bem o problema:

> "Então, quando falamos de corrupção política, temos que ter em mente que são essas pessoas que praticam ações corruptas, são os homens públicos, funcionários e políticos eleitos que realizam atos de corrupção. É importante frisar isso para que não se cometa um erro muito comum, que é atribuir a um coletivo abstrato as responsabilidades por ações de indivíduos" (Id., p. 40).

A tendência à generalização é um dos caminhos para evitar a efetiva identificação e punição dos responsáveis. A conscientização dos valores republicanos, do significado da coisa pública (*res publica*) e da responsabilidade de quem ocupa cargo público, é o remédio receitado pelo autor:

> "Em outras palavras, seria a conscientização do que é o espírito público com o qual todos os membros do Estado devem estar comprometidos. Isso nada mais é do que fazê-los saber que suas ações devem visar sempre e primeiramente ao benefício da coletividade. Ao tomar uma decisão, o homem público deve saber se sua ação está

> atendendo ao bem comum. Embora isso pareça na teoria um tanto quanto óbvio, na prática é mais complicado" (Id., p.43).

A consciência republicana surge como o antídoto historicamente comprovado para evitar que o cancro se alastre e comprometa o corpo político. A atitude da sociedade, no sentido de manifestar seu descontentamento e pressionar pela adoção de medidas que coíbam a corrupção, é fundamental. Isto pressupõe a efetiva participação política em defesa da coisa pública. Nas palavras do professor Martins, à guisa de conclusão:

> "...o melhor remédio para a corrupção, prescrito desde a Antiguidade, é a participação política, o envolvimento com a *res publica*, com as coisas públicas, com aquilo que diz respeito a todos nós. Em sociedades que esquecem a esfera pública, o terreno já está preparado para a proliferação de casos de corrupção. Ao contrário, naquelas onde os indivíduos têm consciência de que devem tomar parte na esfera da vida que ultrapassa o *eu*, fazendo dela um *nós*, a corrupção e os corruptos correm sérios riscos. Não inventaram ainda nenhum remédio melhor do que o exercício da cidadania para dar conta das doenças políticas" (Id., p.116).

A concepção republicana que permeia a análise da corrupção é uma contribuição importante para a afirmação do público, da *res publica*, ante a cultura patrimonialista presente em nossa história desde os tempos coloniais. O apetite dos interesses privados também se traduz atos de corrupção com o objetivo de apropriar-se da coisa pública.

Nesse contexto, a defesa do interesse público, a consciência republicana é um avanço. Contudo, esta é uma questão não apenas prática, mas também teórica. A participação política encontra sérios limites na forma republicana da organização do Estado, ou seja, a democracia representativa. Quais interesses efetivamente representam os representantes? O autor reconhece:

> "Esse problema, que não é só brasileiro, tem levado muitos especialistas a questionar se, de fato o mecanismo da representação política é ainda válido, ou se já não é hora de buscar outra solução para que o cidadão faça valer a sua vontade e os seus interesses no interior da sociedade. Certamente a participação direta da população, se não em todas ao menos nas principais decisões políticas, é uma medida altamente desejável, pois assim foi concebida a política na Antiguidade. O problema é como viabilizar isso em sociedades com milhões de cidadãos: como ordenar a participação política num país de quase 200 milhos de habitantes, dando as mesmas possibilidades a todos?" (Id., p.62).

É um problema tão antigo quanto a democracia direta na Grécia antiga. Já esta tinha várias limitações e a cidadania era privilégio de parcela da sociedade: mulheres e escravos não eram cidadãos. E quanto à noção do "bem comum" e do que denomina como o "nós"? Se os grupos e classes sociais, ainda que sob o discurso republicano, disputam e se apropriam de maneira desigual e diferente da *res publica*, em que consiste, enfim, o "bem comum"? Não será que o "nós" dilui as diferenças e antagonismos entre as classes sociais? Qual a cidadania possível numa sociedade de classes?

O autor pressupõe o conflito como inerente à política e o vê como fator de fortalecimento das instituições republicanas. Mas será que isto corresponde igualmente aos interesses das forças políticas e sociais que compõe a sociedade de classes? É preciso perguntar, pois, sobre o caráter da república. Talvez a força da tese do autor revele também o seu limite.

Não obstante, estamos diante de uma obra esclarecedora, que suscita reflexões e merece ser lida. Por outro lado, a fundamentação política republicana do autor é tão legítima quanto a sua possível crítica. Aliás, mesmo o crítico deve partir da reflexão republicana que ele propõe. A corrupção também se revela um enorme problema nas autodenominadas repúblicas socialistas e comunistas. Os que pensam a sociedade para além do capital, portanto, para além da forma republicana capitalista, não podem desconsiderar isto. Por fim, é da sociedade na qual vivemos que trata o livro. Só por isso, já vale a pena lê-lo.